

A reabilitação da barra do Douro no século XVI: um desafio urbanístico à talassocracia atlântica

Isabel Queirós*

I. O lugar de S. João da Foz: percurso.

A actual freguesia da Foz do Douro coincide com a antiga paróquia de S. João da Foz do Douro, a qual permaneceu como couto do mosteiro beneditino de Santo Tirso até ao século XIX. A sua antiguidade é atestada pelo primeiro documento que a refere datado de 1145. Trata-se da carta de doação da ermida de S. João da Foz do Douro por D. Afonso Henriques a Roberto e aos seus cenobitas de Santa Maria e de S. Miguel Arcanjo de Riba Paiva. Além da ermida o monarca doa igualmente todas as propriedades que lhe estavam subordinadas. Em 1211, D. Mafalda faz e confirma a doação da ermida e couto a D. Mendo, abade do mosteiro de Santo Tirso¹.

Na segunda metade do século XII existia no local uma ermida que desde o início do século XIII fica sob jurisdição do mosteiro de Santo Tirso. Trabalhos de prospecção arqueológica realizados nas últimas décadas do século passado revelam uma ocupação anterior à igreja quinhentista de S. João Baptista². Estas pesquisas divulgam um edifício de planta longitudinal, constituído por corpo rectangular e cabeceira quadrangular mais estreita, sob os alicerces da igreja posterior, associam-no à ermida mencionada na carta de doação de 1145 e definem-no como proto-românico, datável do início do século IX³. A autora defende que a poente da cabeceira do templo se situaria o mosteiro⁴. Não encontramos qualquer menção a outras construções relevantes no lugar de S. João da Foz até ao século XVI. Altura em que a freguesia retém imutáveis as características que a haviam definido até então, ou seja, conserva-se uma terra pobre e subdesenvolvida cujos habitantes se dedicam exclusivamente às actividades primárias, especialmente à pesca. Predicados que somente se alterarão a partir de finais do século XVIII com a divulgação da prática dos banhos e o estabelecimento da comunidade inglesa e de alguns emigrantes regressados do Brasil.

Este percurso pouco promissor ao longo dos séculos conheceu um breve interregno que terá dado esperança aos fregueses de S. João da Foz, pela sua inaudita dimensão e novidade, num futuro mais abundante e seguro: a reabilitação da barra. A insegurança, a dor e a morte seriam uma constante no quotidiano da população a qual no intuito de assegurar a subsistência enfrentava diariamente a turbulência das águas fluviais e marítimas sem garantia de regresso.

*Universidade do Porto / Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Sobre este assunto consultar: CRUZ, António – Da Cantareira a Carreiros. A «Póvoa Marítima» e o Couto de S. João da Foz do Douro. In *O Tripeiro*. Nova Série (7^a). Vol. III. Ano III. N.º 2. Porto, 1984; CRUZ, António – Da Cantareira a Carreiros. Da ermida de S. João à Igreja e Convento da Foz do Douro. In *O Tripeiro*. Nova Série (7^a). Vol. III. Ano III. N.º 4. Porto, 1984; BARROCA, Mário Jorge – *As fortificações do litoral português*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

² OSÓRIO, Maria Isabel Noronha Pinto – A intervenção arqueológica no Castelo de S. João da Foz: novos elementos para a reconstituição dos espaços. In *A arquitectura militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

³ Idem, pp. 74-75.

⁴ Ibidem, p. 76.

Com uma orla marítima escarpada e mediocrementemente assinalada⁵ a tragédia fazia-se cruelmente presente e o apoio espiritual indispensável.

É essa a realidade com que se depara D. Miguel da Silva no regresso a Portugal, após a sua embaixada de dez anos em Roma, enquanto comendatário do mosteiro de Santo Tirso e, por inerência, do couto de São João da Foz. Culto, refinado e rico percebeu imediatamente o potencial que esta sua comenda representava, enquanto porto fluvial e marítimo, sentindo-se concomitantemente seduzido pelos seus predicados climatéricos e paisagísticos. No seguimento do projecto de monumentalização dos seus domínios, volta a atenção para a perigosa barra do rio Douro, traçando, com o apoio de um arquitecto de formação italiana – mestre Francesco da Cremona –, um projecto urbanístico que pretendia assegurar a organização e dinamização daquela e prover à segurança dos navegantes com recurso a uma depurada gramática clássica bebida directamente dos modelos italianos coevos.

Todavia o inovador e arrojado projecto - cuja grandiosidade podemos depreender dos únicos dois monumentos que subsistiram - foi interrompido, o seu impacto reduzido, e o alcance imperfeitamente apreendido, realidade de que é espelho a documentação dos séculos seguintes como veremos.

II. O projecto quinhentista de reabilitação da barra do Douro em retrospectiva documental

Em meados do século XVII foi produzida uma breve resenha histórica, destinada a inaugurar um Tombo da igreja e couto de S. João da Foz, que refere o mecenato de D. Miguel da Silva no dito couto e da qual devemos reter as seguintes informações: *“Este Commendatario fez neste lugar cousas de muita consideração, como foi a Igreja de S. João cousa mui grandiosa, e tal que a ella encostarão o Castello e fortaleza... fez hum farol que ja não ha pera de noite mostrar a barra as Embarcasoes que quisessem entrar, fez huã guarita dentro na agoa que he como balisa a modo de padrão, pera se desviarem as embarcasoes do penedo que esta iunto a ella; fez na Cantareira hua Ermida de Nossa Sora obra reall grandiosa, de meã laranja, e em hum lenço della pera a parte do Rio pos hum letreiro...”*⁶.

Em 1758, no âmbito da produção das Memórias Paroquiais, a freguesia de S. João da Foz é descrita nos seguintes termos: *“Estâ cituado este lugar â beyra do Mar, e Rio Douro quazi em planicia próximo á barra da Cidade do Porto...”*⁷; *“Este lugar tem um Castello, ou Fortaleza, que defende a barra ... Foy antigamente Convento dos Monges de S. Bento e se conservão dentre da mesma Fortaleza a Capella Mor, que he da Igreja do mesmo Mosteyro, e hoje serve*

⁵ Sobre a sinalização da costa portuguesa e a evolução dos faróis consultar: MOREIRA, Jorge Manuel Dobrões – *Terra à vista. Os primeiros faróis estatais no século XVIII*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009.

⁶ A.D.P. – *Tombo da igreja e couto de S. João da Foz*. Fundo do Convento de São João da Foz, Livro 0040. Fólio 2.

⁷ Memórias Paroquiais da Divisão Administrativa do Porto em 1758 – S. João da Foz. In *O Tripeiro*. VI Série. Vol. 5. Ano V. Nº 7. Porto, 1965, p. 193.

de Capella da mesma Fortalleza, e as paredes da mesma Igreja, e se devizão muytos vestígios, em que se verifica ter sido Mosteyro; e quando este Reyno esteve debayxo do jugo de Espanha, achando o Snr. Rey Phelippe Segundo que o citio, em que está fundada a Fortalleza, se fazia preciso pera defença desta barra, deo aos ditos Monges huã ajuda de custo pêra fabricarem novo Mosteyro, e com effeyto o fundarão no meyo deste Lugar.”⁸

A mesma fonte documental refere que o lugar possui cinco ermidas, das quais destacamos duas: a de Nossa Senhora da Luz e a do Anjo. A primeira “... com uma Torre Velha Unida, tudo feito por um Abbade de Santo Thyrço, e na Torre tem as suas armas. Está cituada fora do Lugar para aparte do Norte dois, ou três tiros de espingarda, mais elevada, que a Povoação, e na mesma distancia do Mar. Do Terreyro, e porta principal della se descobrem as embarcações, em grande distância, que fazem viagem pera as partes do Norte e do Sul, e a barra do Porto, que lhe dista pouco.”⁹ A denominada ermida do Anjo foi igualmente “...edificada por hum Abbade de Santo Thyrço sobre um penhasco emforma de huã torre estreyta, e apertada sobre o Rio Douro fora da povoação hum tiro de espingarda; Serve de baliza aos navios, que entrão, e sahem pella barra, pera se desviarem das pedras, que estão debayxo d’agoa.”¹⁰

Em meados do século XIX, aquando da extracção de rochedos da barra no âmbito das obras para a construção do Jardim do Passeio Alegre, surgem duas notícias assaz interessantes no Comércio do Porto. A primeira de 13 de Junho de 1868¹¹ relata o aparecimento de uma “...estátua de pedra de granito, que mede 1m,30 de altura.”¹² a qual estava “... bem esculpida e representava um homem vestido à romana.”¹³ A segunda de 19 de Outubro de 1869¹⁴, relembrando aquela, fala-nos de uma lápide inscrita que teria aparecido nas mesmas circunstâncias da estátua. A inscrição latina revelava, segundo o jornal, o seguinte conteúdo: MICHAEL SILVIVS/ EPISCOP VISENS/ NAVIGANTIOM/ SALVTIS CAVSA/ TORRIS FECIT II/ ET IIII COLVMNAS POSVIT/ ANN. M.D.XXXVI.¹⁵ A interpretação que o cronista faz desta inscrição é no mínimo curiosa, recua no tempo até ao período sobre que nos debruçamos e evoca a questão do pinheiro que servia de baliza à barra da cidade e a sua substituição por uma baliza de pedra a qual conclui ser constituída pelas quatro colunas mencionadas na inscrição¹⁶. Sublinha que de encontro a esta suposição vem o achado de diversos capitéis e de uma base de

⁸ Idem, p. 195.

⁹ Idem, p. 194.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ *O Comércio do Porto*, 13 de Junho de 1868. Nº 134. XV ANNO.

¹² Idem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ *O Comércio do Porto*, 19 de Outubro de 1869. Nº 243. XVI ANNO.

¹⁵ Idem.

¹⁶ A verdade é que este pinheiro, que constituía efectivamente a marca da barra do Porto, nada tem a ver com a barra da Foz do Douro. O pinheiro de que fala o cronista é o chamado “*pinheiro da marca*” que por ter sucumbido D. João III anui a que no seu lugar se erija uma marca ou baliza como nos demonstra uma carta sua ao juiz, vereadores e comendador da cidade do Porto enviada em 1536. Cf. A.H.M.P. – *Livro 1º de Provisões*. Folio 234.

coluna precisamente no mesmo local onde fora encontrada a estátua. Sobre as duas torres a que o texto da lápide alude nenhuma consideração.

No seu conjunto, estas descrições, afastadas cerca de uma centúria entre si, enumeram a seguinte série de edifícios: uma igreja; um farol; uma guarita; e duas ermidas. Elencam igualmente diversos fragmentos como capitéis, bases, estátua, lápide e mesmo o fuste de uma coluna¹⁷. Entendemos que o seu cômputo constituiu o projecto de regularização da barra do Douro iniciado por volta, sensivelmente, de 1526¹⁸. Todavia as descrições são inconsistentes o que dificulta o entendimento da articulação dos edifícios entre si enquanto elementos de um programa urbanístico.

Poderíamos pensar, ao transcrever estes documentos, num processo orgânico derivado de necessidades subsequentes e até resultado de vontades diversas. Se no prefácio do Tombo os quatro edifícios enumerados se dizem patrocinados pelo mesmo homem identificado como “... *D. Miguel da Silva Bispo de Viseu...*”¹⁹, nas Memórias Paroquiais apenas se diz que as ermidas do Anjo e de Nossa Senhora da Luz foram feitas por um “*Abade de Santo Thyrço*” sem menção a nomes ou datas. Por sua vez, as notícias do Comércio do Porto valorizam determinados dados em detrimento de outros como os monumentos, o patrono e, muito especialmente, as motivações subjacentes a um empreendimento cuja dimensão parecem desconhecer. Com que bases concluimos então que se trata de um todo edificado segundo um projecto pré-estabelecido submetido a um objectivo concreto?

À míngua de documentação que sustente esta hipótese relativamente ao farol, à guarita e às duas ermidas, uma vez que o percurso da igreja se encontra razoavelmente documentado, devemos escutar os próprios monumentos na medida em que o seu mecenas os dotou dos instrumentos de comunicação necessários. Assim sendo, chega até nós mais límpida a voz do século XVI do que a de épocas posteriores incapazes de ler o conjunto como um todo, não somente pelas amputações de que padecia mas pela distância ideológica a que se encontrava.

III. O testemunho dos edifícios: epigrafia e iconografia.

Com base em documentos de diversas proveniências e datações, destacamos um conjunto de edifícios que consideramos serem fruto de um complexo projecto urbanístico levado a cabo a partir do segundo quartel do século XVI na freguesia de S. João da Foz. Surpreendente, se nos alhearmos do período histórico em que teve lugar o empreendimento, é a constatação de que

¹⁷ “*Informam-nos que os mergulhadores disseram que debaixo da agua está uma pedra em forma de columna que vai ser tirada por estes dias.*” Cf. *O Comércio do Porto*, 19 de Outubro de 1869. Nº 243. XVI ANNO.

¹⁸ Ainda que não possamos precisar com exactidão o seu início, o mesmo não terá sido anterior ao espaço de tempo entre 8 de Julho de 1525 e 8 de Janeiro de 1526, datas respectivamente da missiva em que o diplomata anuncia ao monarca a sua partida de Roma e da sua primeira carta para o cabido de Viseu cf. SILVA, Luis Augusto Rebello da – *Corpo Diplomático Portuguez*. Tomo I. Lisboa: Ordem da Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1862, p. 246 e A.M.G.V. – *Correspondência do Cabido da Sé de Viseu*. AMGV/DA/COR/027.

¹⁹ *Vide supra*, nota 6.

foram resultado de uma única vontade: a de D. Miguel da Silva, à altura comendatário do Mosteiro de Santo Tirso, bispo de Viseu e escrivão da puridade de D. João III. Como é amplamente sublinhado pela literatura, o mesmo homem que fora até então embaixador junto da Santa Sé e que seria posteriormente nomeado Cardeal de Viseu. D. Miguel da Silva ou o MICHAEL SILVIVS da inscrição encontrada em 1869 é igualmente o MICHAEL SILVIVS ELECTVS EPISCOPVS VISENSIS que consta na inscrição latina aposta à fachada sul da ermida da Cantareira referida na resenha histórica do Tombo da igreja e couto de S. João da Foz.

O ambiente em que formou o gosto, do qual dará prova no empreendimento em questão, instigou-lhe o apreço epigráfico do qual, se mais testemunhos não houvesse, seriam argumentos suficientes as duas inscrições citadas. Contudo, diversos depoimentos do século passado atestam a existência de várias outras de conteúdo semelhante ou relacionado. Magalhães Basto num artigo sobre a ermida do Anjo²⁰ relata a existência de três inscrições colocadas nas fachadas actualmente encobertas pelos edifícios anexados em séculos posteriores; uma colocada no seu interior; e uma outra no friso exterior sobre o vão de iluminação. Hoje, como à data do artigo, não é possível confirmar *in loco* a veracidade das inscrições, porém, não nos parece lícito recusá-la na medida em que todas se corroboram. Neste ponto interessa reter o sublinhar constante do nome do patrono da construção independentemente da grafia, além das duas formas mencionadas surge simplesmente como SILVIVS²¹ ou Sílvio²².

A inscrição da capela e a transcrita no Comércio do Porto fazem também referência às datas de conclusão das obras. A primeira indica-nos como data de conclusão do edifício 1528²³, nesse mesmo ano D. Miguel da Silva passou uma longa temporada em Santo Tirso²⁴ durante a qual fez duas incursões ao couto de S. João da Foz em Agosto²⁵ e em Outubro²⁶. A segunda revela que a construção dos restantes edifícios de sinalização se encontrava concluída em 1536, ano em que D. Miguel passa os meses de Novembro e Dezembro no couto de S. João da Foz²⁷. Estamos, portanto, perante um mecenas que faz questão de supervisionar as obras que encomenda.

A epigrafia não era, porém, a única assinatura do mecenas o qual bem ao gosto do Humanismo privilegiava os jogos simbólicos como podemos constatar através de dois elementos decorativos que parece ter privilegiado: a moldura em forma de *tabula ansata* e o característico

²⁰ BASTO, A. de Magalhães – A propósito de um notável edifício quinhentista que existe na Foz do Douro. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XII. Fascs. 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1949, pp. 253-261.

²¹ Idem, p. 258.

²² Ibidem, p. 256.

²³ Vide infra, nota 44.

²⁴ A.D.P. – *Livro de Prazos*. Fundo do Convento de Santo Tirso, Livro 003. 1528 – 1537.

²⁵ A.M.G.V. – *Correspondência do Cabido da Sé de Viseu*. AMGV/ DA/ COR/ 038.

²⁶ A.M.G.V. – *Correspondência do Cabido da Sé de Viseu*. AMGV/ DA/ COR/ 040.

²⁷ A.D.P. – *Livro de Prazos*. Fundo do Convento de Santo Tirso, Livro 003. 1528 – 1537.

capitel dito compósito²⁸. Deste modo assina a Igreja de S. João Baptista cuja encomenda está suficientemente comprovada pela documentação contemporânea. Ao contrário da capela de S. Miguel-o-Anjo, na igreja não subsistiu nenhuma inscrição e se existiu não se encontra documentada. O factor descritivo não é essencial para uma associação do empreendimento ao mecenas em virtude dos elementos mencionados. A *tabula ansata* que emoldura os vãos de iluminação surge igualmente na misericórdia de um dos assentos do cadeiral que D. Miguel encomendou para o coro da Sé de Viseu em 1544²⁹. A articulação não é de todo imprudente se tivermos em conta que este elemento iconográfico não conhece uma utilização corrente em Portugal³⁰ a não ser enquanto moldura de inscrições funerárias³¹. Os singulares capitéis da igreja, com volutas coroadas por florão, são analogamente característicos do claustro que construiu na Sé de Viseu.

Além de nos informarem sobre a identidade do mecenas e as datas de conclusão das obras, as inscrições revelam-nos o conjunto do projecto e o propósito do mesmo. Como tivemos oportunidade de verificar, a lápide encontrada em 1869 indica a construção de duas torres e a colocação de quatro colunas em prol da segurança das embarcações que abordavam a barra. Este depoimento é parcialmente confirmado pela memória do século XVII que menciona uma igreja, um farol, uma guarita e uma ermida. Os documentos têm em comum as duas torres, se a estas assimilarmos o farol e a ermida; a guarita, se a associarmos às colunas; mas a igreja de que nos fala a memória não é mencionada na inscrição. A sua associação ao mecenas, e consequentemente ao projecto, advém da documentação produzida após a partida de D. Miguel do reino. A primeira referência feita à igreja surge numa carta enviada pelo corregedor da comarca do Porto, Francisco Toscano, a D. João III, em Abril de 1542. Esta missiva é uma resposta à ordem de levantamento dos benefícios e rendas de D. Miguel da Silva para se proceder ao embargo dos mesmos, após o decreto de desnaturalização do clérigo que o monarca emitira em Janeiro³². Toscano informa a coroa que há verbas a pagar entre as quais “... *ordinados...*”³³ - a pessoas que trabalhavam para o bispo de Viseu cuja saída apressada do país dois anos antes não permitira liquidar - e inclusive “... *a igreja de Saão Iohaão da Foz que elle mandara fazer...*”³⁴.

Teríamos desta forma um conjunto de quatro edifícios encomendados pelo mesmo patrono e construídos praticamente em simultâneo, partilhando de uma mesma ideia e

²⁸ Sobre este capitel, que consideramos uma assinatura de D. Miguel da Silva, vide QUEIRÓS, Isabel – Vitruvianismo e os “genera” na arquitectura comissionada por D. Miguel da Silva. In *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*. Nº 5. Lisboa. 2009, pp. 1-17.

²⁹ QUEIRÓS, Isabel – Michael Sylvius Proesbiter Cardinalis. O discurso simbólico da rinascitá ao serviço da exaltação do indivíduo. In *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Vol. 7-8. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. (no prelo)

³⁰ Segundo Mário Barroca apenas existe um exemplo da utilização da *tabula ansata* como moldura de vão de iluminação e é muito posterior. Cf. BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.*, p. 31.

³¹ Idem, p. 31-34.

³² Vide ANDRADA, Francisco de – *Crónica de D. João III*. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello e Irmão, 1976, pp. 836-837.

³³ I.A.N.T.T. – *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 71, nº 133.

³⁴ Idem.

finalidade, com o propósito de guiar o curso dos navios³⁵ pelo interesse da salvação dos navegantes³⁶.

IV. O projecto urbano e o mar

Parece-nos óbvia a relação directa entre a proximidade do Atlântico e a tipologia dos edifícios integrantes do projecto urbanístico que D. Miguel da Silva engendrou para a sua comenda de S. João da Foz. Mas D. Miguel era um verdadeiro mecenas do Renascimento que aportava consigo não apenas uma noção renovada da relação homem/natureza como uma plena apreensão da dimensão social e cívica da arquitectura e do seu potencial simbólico e didáctico.

Ressalta, desde logo, da própria iniciativa a noção de que as condições naturais adversas podem ser minimizadas e o destino nefasto pode por vezes ser evitado. Assim, ao invés de pequenas fogueiras a iluminar a proximidade da costa ou do recurso a elementos naturais para a indicar pode recorrer-se à construção de edifícios com características adequadas à sua sinalização, mesmo que para tal se desafie o curso fluvial e se construam no seu seio como se erigiu a guarita “... *dentro na agoa...*”³⁷. A guarita não seria a única a desafiar as forças da natureza, a própria capela de S. Miguel-o-Anjo afrontaria o Douro instalando-se na margem do seu leito³⁸. Mais temerária foi a opção de D. Miguel da Silva relativamente à igreja de S. João Baptista, edifício arrojado que se impunha com mais ousadia do que os restantes à fúria do Atlântico. A exposição era tão manifesta que, em 1547, o vereador Jorge Fernandes escreve a D. João III nos seguintes termos: “... *esta igreja esta jumto da barra desta cidade e muitas vezes com a marezia gramde do mar vem bater muito perto della ho mar e faz cava na terra, e por espaço de tempo pode peryguar a igreja por o mar lhe cavar hos alicerses.*”³⁹. D. Miguel tinha plena consciência da susceptibilidade da construção, de tal nos dá prova o mesmo Jorge Fernandes ao elucidar o monarca de que “... *ho bispo quamdo mamdou fundar esta igreja homde ora esta diz mestre Francisco, proveador da dita obra e mestre della, que seu fundamemto do bispo foy mandar fazer este peytoryll per que segura toda a igreja...*”⁴⁰. Apesar desta consciência não procurou construir a igreja em local menos exposto, limitou-se a tentar protegê-la, o que nos leva a crer que o desejo iniludível de que a monumental igreja enfrenta-se o oceano.

³⁵ “...*AD REGENDOS NAVIUM CURSUS FECIT...*” extracto da inscrição colocada na fachada sul da capela de S. Miguel-o-Anjo, segundo as propostas de BASTO, A. de Magalhães, *op. cit.*, p. 259 e BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.*, p. 43.

³⁶ “... *NAVIGANTIOM SALVTIS CAVSA...*”, a tradução que propomos exigiu a correcção da transcrição apresentada no Comércio do Porto como o vocábulo NAVIGANTIOM, inexistente em latim, para o qual propomos a alternativa navigator, oris no genitivo do plural.

³⁷ Vide supra, nota 6.

³⁸ É-nos dado conhecer esta realidade através de uma representação da barra do Douro gravada em 1790 publicada no Tripeiro em 1984 por CRUZ, António – Da Cantareira a Carreiros. S. João da Foz, terra milenária. In *O Tripeiro*. Nova Série (7^a). Vol. III. Ano III. Nº 1. Porto, 1984, p. 14. Outra reprodução da capela - executada por Gouveia Portuense e editada por COUTINHO, B. Xavier – Relíquias do Porto Antigo. In *O Tripeiro*. VI Série. Vol. 5. Ano V. Nº 2. Porto, 1965, p. 46. – apresenta-no-la sobre uma escarpa rochosa ladeada de água.

³⁹ I.A.N.T.T. – *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 79, nº 38.

⁴⁰ Idem.

Como foi exposto, a lápide encontrada em 1869 não alude àquela construção, tal facto podia levar-nos a questionar a pertença deste edifício ao programa de reabilitação da barra do Douro. Com efeito, constatamos que a mesma se destinava a revitalizar uma igreja pré-existente de dimensões bastante modestas. Desde logo o edifício deve ter sido considerado incompatível com o empreendimento de vanguarda que o mecenas projectara para o seu couto: o templo na sua missão nuclear devia superar qualquer outra obra. Percebemos a veracidade da asserção nas palavras do mesmo Jorge Fernandes quando diz que a igreja “...faz grande amostra dos navios que vam de mar em fora.”⁴¹, não só pelas suas dimensões⁴² mas também porque “Ha obra da igreja e muito nobre e bem acabada de todo ho que ate h agora he feito nela.”⁴³ A igreja respondia a uma dupla função: sinalização e monumentalização da barra do Douro, rematando o conjunto arquitectónico no local onde o rio encontra o mar e a violência das águas é maior.

A segunda torre que aborda a inscrição datada de 1536 constitui a maior incógnita, sobre ela não há qualquer indicação precisa, pelo que nos resta formular algumas hipóteses.

D. Miguel da Silva descreve a capela de S. Miguel-o-Anjo como torre⁴⁴ na qual ordenou, a suas expensas, que se acendessem fogos nocturnos, ou seja, entende-a como um farol. A segunda torre como o próprio mandou gravar na pedra respondia ao mesmo intuito daquela: assinalar a barra e garantir o curso seguro das embarcações. É-nos lícito deduzir que o mecenas tivesse mandado construir não um mas dois faróis. Por um lado, a memória do Tombo refere um farol, além da capela, que já não existia em meados do século XVII, mas não explicita a sua localização. Por outro, as Memórias Paroquiais indicam a ermida de Nossa Senhora da Luz como tendo uma “... Torre Velha Unida...” e esclarecem que tal como a ermida do Anjo fora feita por um “*Abbade de Santo Thyrço*”. Se articularmos estes dados com a toponímia, Monte da Luz, e a localização privilegiada “... mais elevada, que a Povoação, e na mesma distancia do Mar. Do Terreyro, e porta principal della se descobrem as embarcações, em grande distância, que fazem viagem pera as partes do Norte e do Sul, e a barra do Porto, que lhe dista pouco.”⁴⁵, afigura-se lícito deduzir que a construção de um farol aí ultimaria o cuidadoso projecto de reabilitação da barra garantindo a segurança das grandes embarcações que aportavam vindas do Atlântico. Mário Barroca⁴⁶ recusa esta hipótese que havia sido aventada por Rafael Moreira⁴⁷ - o qual associara a segunda torre mencionada na inscrição à “... Torre Velha...” referida nas Memórias Paroquiais – advogando que o edifício existente em 1758 fora fundado em 1630 e que

⁴¹ Ibidem.

⁴² “... la yglesia parroquial del lugar se San Juan... es mui grande y ocupa mucho sitio del dito castillo...” A.G.S. – Guerra Antigua. Legajo 738, MPD. XLIV-37.

⁴³ I.A.N.T.T. – *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 78, nº 27.

⁴⁴ MICHAEL SILVIUS ELECTUS/ EPISCOPUS VISENSIS TURRIM AD/ REGENDOS NAVIUM CURSUS FECIT/ IDEM AGROS EX QUORUM REDITU/ NOCTURNI IGNES E TURRI PERPETUO/ ADCENDERENTUR SUA PECUNIA/ AMPLOS DEDIT ADSINAVITQUE ANN.M.D.XXIII. Transcrição segundo a proposta de BASTO, A. de Magalhães, *op. cit.*, p. 259

⁴⁵ Vide supra nota 7.

⁴⁶ BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.*, p. 49.

⁴⁷ MOREIRA, Rafael – Um exemplo: São João da Foz, de igreja a fortaleza. In *A arquitectura militar na Expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 59.

a sua construção correspondia à desactivação do farol de S. Miguel-o-Anjo⁴⁸. Aceitamos parcialmente os seus argumentos, contudo não podemos ignorar as diversas questões que daí afloram: a função de farol a que respondia a ermida do Anjo não terá sido mantida por um século após a sua fundação, pois sabemos que os fogos seriam suportados com verbas asseguradas pelo mecenas e a sua partida do reino dá-se quatro anos após a conclusão do projecto; quando D. João III ordena o arresto dos seus bens são identificadas várias despesas a serem pagas mas não há nenhuma alusão à manutenção das funções do farol; apesar de não crermos que a *Torre Velha* das Memórias Paroquiais seja a segunda torre não podemos descartar a possibilidade de a própria ermida da Senhora da Luz, que lhe estava adossada, servir essa função e que aí os fogos se mantivessem sem o seu contributo porque antecederiam a sua intervenção e constituíam o primeiro e único farol do lugar; por fim, não podemos olvidar que o vocábulo torre em latim clássico assume, na maioria das aplicações, uma conotação defensiva que era efectivamente a função destes edifícios, proteger os navegantes das agruras marítimas, subsidiada pelo amparo espiritual que lhes conferia a devoção religiosa, o que nos leva a questionar se a guarita seria a segunda torre como propõe Barroca⁴⁹, de facto, tal era a sua fragilidade que foi a primeira a desaparecer.

A guarita de que fala a memória do Tombo terá sucumbido à intransigência do mar algures entre meados do século XVII e 1758, uma vez que não se lhe faz qualquer referência nas Memórias Paroquiais. Contudo, é sensível a descrição que o primeiro documento faz dela “... *huã guarita ... que he como balisa a modo de padrão*”⁵⁰, ou seja, além de assinalar o perigo que se escondia sob as águas, assumindo o aspecto de padrão evocava todo o simbolismo de heroicidade e domínio que estes monumentos, em voga no contexto dos Descobrimentos, implicavam. Tal afirmação não é infundada uma vez que os temas da herança manuelina e dos Descobrimentos são igualmente evocados na igreja através dos nós de marinheiro que ladeiam as molduras dos vãos de iluminação no alçado exterior, lembrando as glórias passadas e presentes de um povo de navegadores a quem os perigos marítimos não demoviam.

Mário Barroca⁵¹ chama à atenção para a originalidade da utilização da *tabula ansata* como moldura dos vãos de iluminação e ressalta a sua singular orientação horizontal. Podemos também indicar a preferência pela ordem dórica e sublinhar o carácter simbólico de tal opção pois estamos perante dois edifícios devotados a personagens masculinas de vital importância: S. João Baptista, precursor de Cristo e S. Miguel Arcanjo, príncipe das hostes celestiais⁵². Todavia, além da originalidade e do simbolismo das escolhas, é necessário salientar que foram sobretudo feitas em consequência da proximidade do mar, no sentido de lhe resistirem e diminuírem a sua intransigência face a quem dele retirava o sustento. Não podemos deixar de imaginar que em

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.*, p. 49.

⁵⁰ *Vide supra* nota 6.

⁵¹ BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.*, p. 31

⁵² Sobre a conotação cristã atribuída às ordens arquitectónicas *vide* SEBASTIANO, Serlio – *Regole generali di architettura*. In *Tutte l'opere d'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*. Livro IV. Veneza: Francesco de Franceschi Senese, 1584.

pleno século XVI, após a conclusão do projecto, sempre que as condições climáticas eram desfavoráveis, a costa da freguesia de S. João da Foz devia assemelhar-se à Atlântida emergindo do Oceano. Não é possível afirmar até que ponto D. Miguel da Silva assim a concebeu, o que sabemos é que não se coíbiu de desafiar as águas e construir sobre elas de molde a dar ao seu couto uma silhueta urbana, monumental, arrojada, singular e, simultaneamente, símbolo de identidade nacional.

Além de toda a ostentação que se pode atribuir à iniciativa, temos que reconhecer o seu carácter filantrópico. D. Miguel da Silva estava realmente empenhado em proteger os navegantes e dinamizar a barra de molde a que pudesse desenvolver todo o seu potencial. Consciente dos riscos, munuiu-se de um discurso bélico que não sobressai somente na ordem dórica a que obedecem os edifícios, mas também na dimensão espiritual que sabia ser fundamental às povoações piscatórias. É nesse sentido que se assimila ao próprio orago da capela: DIVO/ MICHAELI/ARCHANGELO/SACRUM/ MICHAEL/SILVIUS/ EPISCOPUS⁵³. Ele havia providenciado a protecção terrena, S. Miguel Arcanjo proveria, acompanhado das suas hostes, o auxílio celestial. A expressão que manda afixar no friso exterior da capela SALVOS IRE [FECIT IDEM]⁵⁴ evoca a prece militar romana *salvos ire, salvos redire*⁵⁵, tal como a própria *tabula ansata* que emoldura os vãos de iluminação da igreja se identifica originalmente com o suporte das inscrições exibidas nos triunfos militares⁵⁶.

São igualmente significativas as frases de incitação à bravura dos mareantes para que não temam os riscos da barra e se aventurem⁵⁷ porque ele Sílvio, que construiu um porto digno desse nome, os guiará sãos e salvos por entre os perigos e por isso lhe devem a vida⁵⁸. Este testemunho esclarece, como os restantes indicam, a essência política que presidiu à encomenda do complexo renascentista. S. João da Foz constituía um lugar apelativo, proporcionando a criação de raiz de qualquer projecto ideológico e material característica à qual acrescia uma riqueza natural rara e aprazível à sensibilidade refinada de D. Miguel. Aqui nada obstava à edificação do conjunto de vanguarda que imporia à paisagem o testemunho grandiloquente da sua glória.

Deste modo, a partir sensivelmente de 1526, a vontade de um homem pretendeu alterar radicalmente a silhueta da pobre freguesia de pescadores de S. João da Foz do Douro, e transformá-la naquilo que efectivamente podia ser: um monumental e apelativo porto marítimo e fluvial propício ao desenvolvimento económico e cultural com a sua assinatura. Este empreendimento urbano de vincado pendor cívico, uma verdadeira campanha de obras públicas, deve ter assombrado a população humilde que não se encontrava em condições de

⁵³ BASTO, A. de Magalhães, *op. cit.*, p. 259.

⁵⁴ Idem, p. 255.

⁵⁵ THOMAS, Edmund – *Monumentality and the Roman Empire*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 193.

⁵⁶ Idem, p. 192.

⁵⁷ AD DEMONSTRANDVM PORTVM, CVRSVSQUE REGENDOS/ NAVTARVM, TURRIM SILVIVS HANC STATVIT/ NOCTE, DIEQUE IGITUR RECTO HANC PETE NAVITA CVRSV/ NEC TIMEAS SCOPVLOS, IN MEDIIS SCOPVLIS. Cf. BASTO, A. de Magalhães, *op. cit.*, p. 258.

⁵⁸ Idem, p. 256.

defender a sua manutenção após a inesperada partida do patrono. O ambicioso projecto ficou truncado e a sua dispendiosa manutenção veio em auxílio do desinteresse que a obra do proscrito causava nas instâncias políticas. O mar que havia sido desafiado acabou por levar a melhor e embrenhar nas suas águas parte do ambicioso projecto enfraquecendo-lhe o alcance e amputando a nossa apreensão do conjunto.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

A.D.P. – *Livro de Prazos*. Fundo do Convento de Santo Tirso, Livro 003. 1528-1537.

A.G.S. – *Guerra Antigua*. Legajo 738, MPD. XLIV-37.

A.H.M.P. – *Livro 1º de Provisões*. Folio 234.

A.M.G.V. – *Correspondência do Cabido da Sé de Viseu*. AMGV/DA/COR/027.

A.M.G.V. – *Correspondência do Cabido da Sé de Viseu*. AMGV/ DA/ COR/ 038.

A.M.G.V. – *Correspondência do Cabido da Sé de Viseu*. AMGV/ DA/ COR/ 040.

I.A.N.T.T. – *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 71, nº133.

I.A.N.T.T. – *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 78, nº 27.

I.A.N.T.T. – *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 79, nº 38.

Fontes Impressas

ANDRADA, Francisco de – *Crónica de D. João III*. Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello e Irmão, 1976.

BARROCA, Mário Jorge – *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Edições Inapa, 2001. ISBN 972-8387-94-6.

BASTO, A. de Magalhães – A propósito de um notável edifício quinhentista que existe na Foz do Douro. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XII. Fascs. 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1949.

COUTINHO, B. Xavier – Relíquias do Porto Antigo. In *O Tripeiro*. VI Série. Vol. 5. Ano V. Nº 2. Porto, 1965.

CRUZ, António – Da Cantareira a Carreiros. A «Póvoa Marítima» e o Couto de S. João da Foz do Douro. In *O Tripeiro*. Nova Série (7ª). Vol. III. Ano III. Nº 2. Porto, 1984.

CRUZ, António – Da Cantareira a Carreiros. Da ermida de S. João à Igreja e Convento da Foz do Douro. In *O Tripeiro*. Nova Série (7ª). Vol. III. Ano III. Nº 4. Porto, 1984.

CRUZ, António – Da Cantareira a Carreiros. S. João da Foz, terra milenária. In *O Tripeiro*. Nova Série (7ª). Vol. III. Ano III. Nº 1. Porto, 1984.

- Memórias Paroquiais da Divisão Administrativa do Porto em 1758 – S. João da Foz. In *O Tripeiro*. VI Série. Vol. 5. Ano V. Nº 7. Porto, 1965.
- MOREIRA, Rafael – Um exemplo: São João da Foz, de igreja a fortaleza. In *A arquitectura militar na Expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.
- O Comércio do Porto*, 13 de Junho de 1868. Nº 134. XV ANNO.
- O Comércio do Porto*, 19 de Outubro de 1869. Nº 243. XVI ANNO.
- OSÓRIO, Maria Isabel Noronha Pinto – A intervenção arqueológica no Castelo de S. João da Foz: novos elementos para a reconstituição dos espaços. In *A arquitectura militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.
- QUEIRÓS, Isabel – Michael Sylvius Proesbiter Cardinalis. O discurso simbólico da rinascitá ao serviço da exaltação do indivíduo. In *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Vol. 7-8. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. (no prelo)
- SILVA, Luis Augusto Rebello da – *Corpo Diplomático Portuguez*. Tomo I. Lisboa: Ordem da Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1862.
- THOMAS, Edmund – *Monumentality and the Roman Empire*. New York: Oxford University Press, 2007. ISBN 978-0-19-928863 – 2.

Fontes Electrónicas

- MOREIRA, Jorge Manuel Dobrões – *Terra à vista. Os primeiros faróis estatais no século XVIII*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009. Disponível em WWW: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11736> [Consulta: 15 Setembro 2011]
- QUEIRÓS, Isabel – Vitruvianismo e os “genera” na arquitectura comissionada por D. Miguel da Silva. In *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*. Nº 5. Lisboa. 2009. ISSN 1647-998X. Disponível em WWW: <http://www.idearte.org/texts/51.pdf> [Consulta: 15 Setembro 2011]
- SERLIO, Sebastiano – Regole generali di architettura. In *Tutte l'opere d'Architettura di Sebastiano Serlio Bolognese*. Livro IV. Veneza: Francesco de Franceschi Senese, 1584. Disponível em WWW: <http://www.bvh.univ-tours.fr> [Consulta: 1 Setembro 2011]